



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10380.010742/94-23  
Recurso nº. : 10.959  
Matéria : IRPF - Ano: 1990  
Recorrente : ALINE MARIA DOS SANTOS PAIVA  
Recorrida : DRJ em FORTALEZA - CE  
Sessão de : 20 de fevereiro de 1998  
Acórdão nº. : 104-16.020

**IRPF - SINAIS EXTERIORES DE RIQUEZA** - Considera-se sinais exteriores de riqueza a realização de gastos incompatíveis com a renda disponível do contribuinte, evidenciando omissão de rendimentos.

Recurso parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por  
**ALINE MARIA DOS SANTOS PAIVA**

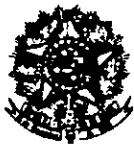
ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso, para excluir da exigência a multa por atraso na entrega da declaração e o encargo da TRD relativo ao período de fevereiro a julho de 1991, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

**LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO**  
PRESIDENTE

**MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE**  
RELATORA

FORMALIZADO EM: 20 MAR 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, ROBERTO WILLIAM GONÇALVES, JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, ELIZABETO CARREIRO VARÃO, JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA e REMIS ALMEIDA ESTOL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10380.010742/94-23  
Acórdão nº. : 104-16.020  
Recurso nº. : 10.959  
Recorrente : ALINE MARIA DOS SANTOS PAIVA

### RELATÓRIO

ALINE MARIA DOS SANTOS PAIVA, jurisdicionada pela DRJ em Fortaleza - CE, foi notificada do auto de infração de fls. 01/06, contendo a exigência fiscal no valor de 5.124,45 UFIR, relativa ao exercício de 1991, ano-base de 1990.

O lançamento teve origem na omissão de rendimentos caracterizada por sinais exteriores de riqueza, evidenciada pela aquisição do veículo Kadett, ano 90, conforme Nota Fiscal constante dos autos. Também compõe o lançamento a multa por atraso na entrega de declaração do exercício fiscalizado.

Irresignada, a interessada apresenta impugnação tempestiva, fls. 14, alegando em síntese:

#### "1. - Os Fatos

Em março de 1994, recebeu a notificação de nº. 491/93 (cópia anexa), para justificar estar omissa na declaração do IRPF, no ano-base de 1990, exercício de 1991.

Na ocasião justificou tal ocorrência, por não estar obrigada a declarar renda, nos termos e limites que a própria Receita estabelecia em seus manuais de orientação aos contribuintes (cópia anexo).

1.2 - Agora foi surpreendida com o processo fiscal acima mencionado no qual a Autoridade Fiscal a autua por sinais exteriores de riqueza, em lançamento de ofício alegando haver a signatária adquirido um veículo, marca Chevrolet, modelo Kadett, ano 90, na Krautop Veículos e Peças LTDA.

#### 2. - Do Direito



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10380.010742/94-23  
Acórdão nº. : 104-16.020

2.1 - Efetivamente foi intermediária na aquisição do veículo, para o Sr. Raimundo Nonato Albuquerque Silveira, portador do CPF nº. 016531213-00, na firma Krautop Veículos e Peças LTDA. E o fez, a título de favor, sem pensar que tal fato viesse a prejudicá-la perante o fisco, pois o referido cidadão se encontrava ausente de Fortaleza, e o veículo tinha que ser faturado sob pena de ser majorado o preço.

2.2 - Como prova do que diz, faz juntada da cópia de uma declaração do referido Senhor, veículo declarado em suas declarações de renda do exercício de 1991 a 1993, em que consta o citado veículo declarado em suas declarações de bens; descaracterizando assim, qualquer intenção de omissão de receitas perante o fisco.

2.3 - Deixa de juntar maiores provas, porque o pagamento foi efetuado em espécie (cópia anexo).

Á fls. 34/37, consta a decisão "a quo" que analisou minuciosamente toda a alegação de defesa da autuada e justificou suas razões de decidir, concluindo por julgar procedente a ação fiscal.

Á fls. 41/45, a contribuinte interpôs recurso voluntário a este Colegiado que foi lido na íntegra em sessão.

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10380.010742/94-23  
Acórdão nº. : 104-16.020

V O T O

Conselheira MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE, Relatora

O recurso preenche as formalidades legais, merecendo ser conhecido.

A pendência do litígio gira em torno de sinais exteriores de riqueza que indicou omissão de rendimentos, vez que a recorrente não apresentou sua declaração de rendimentos no exercício de 1990, ano-base de 1991, e adquiriu um veículo Kadett, ano 90, sem comprovar que dispunha de numerário para tal aquisição.

Como principal âncora de defesa na fase impugnatória, a interessada alegou que foi mera intermediária na compra do veículo em tela, para o Sr. Raimundo Nonato Albuquerque Silveira, como prova do alegado, justa declaração firmada pelo referido Senhor, que anexa suas declarações de renda dos exercícios de 1991 a 1993, onde consta o citado veículo como de sua propriedade.

A decisão singular, fls. 34/37, com propriedade, ressalta à fls. 36, que o veículo adquirido pela Sra. Aline aos 12.06.90, custou o valor de Cr\$ 1.015.811,45, enquanto que na declaração de bens do Sr. Raimundo Nonato, o veículo foi lançado por 1.100.000,00, fls. 20, por essa razão conclui que a impugnante adquiriu o mencionado veículo e depois o revendeu, descharacterizando pois, mera intermediação e caracterizando uma transação comercial na qual, teoricamente, auferiu um lucro de Cr\$ 84.188,55. Assim, manteve a tributação.





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10380.010742/94-23  
Acórdão nº. : 104-16.020

No presente recurso, o sujeito passivo afirma que o Fisco nada apresentou de concreto que pudesse contestar o documento apresentado à fls. 06.

Evidente, que a recorrente equivocou-se, cabia a ela comprovar a origem dos recursos para a aquisição do veículo questionado, vez que as provas carreadas aos autos nada comprovam em seu benefício.

Incabível, entretanto, a multa por atraso na entrega da declaração. Nos termos da Legislação vigente, iniciado o procedimento fiscal, a multa aplicável, no caso de contribuinte omissو, é a de ofício, conforme vasta jurisprudência firmada neste Primeiro Conselho de Contribuintes.

Em face de todo o exposto, oriento o meu voto no sentido de dar provimento parcial ao recurso para excluir da matéria tributável a TRD no período de fevereiro a julho/91, e a multa pelo atraso na entrega de declaração de rendimentos face as demais cominações legais já aplicadas.

Sala das Sessões - DF, em 20 de fevereiro de 1998

MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE